



INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**A LÍNGUA PORTUGUESA E A SUA DIMENSÃO COMUNITÁRIA NO
QUADRO DA CPLP**

Por Amélia Arlete Mingas

ExpoLíngua – Lisboa, 4 a 6 de Março

Excelências,

Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal,

Senhor Secretário Executivo da CPLP,

Senhores Membros do Comité de Concertação Permanente da CPLP,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Foi com imensa satisfação que apoiámos esta iniciativa da Presidência da ExpoLíngua e não menos gosto que nela participamos, não apenas por dever institucional mas igualmente por prazer cultural e cívico, na reflexão sobre a língua portuguesa e a sua dimensão comunitária no quadro da CPLP.

Diferentes realidades sociológicas, linguísticas e culturais estão na base da criação da CPLP, num esforço de identificação de valores que não ponham em causa a identidade própria de cada um dos Estados membros. Antes pelo contrário, constata-se uma partilha de valores, assumida no quadro de princípios de igualdade e de liberdade de decisão, em que a soberania dos povos é a fonte da legitimidade de construção do que designámos por Fala Portuguesa.

Na vasta e descontínua área em que a língua portuguesa é falada, ela apresenta-se, à semelhança de qualquer língua viva, internamente diferenciada em variantes que divergem, de maneira mais ou menos acentuada, quanto à pronúncia, à formulação gramatical e ao léxico. Tal diferenciação, entretanto, não lhe compromete a unidade, apesar da sua evolução na Europa e acidentada história expansionista, a língua portuguesa tem conseguido manter-se, até hoje, apreciavelmente coesa. Os debates académicos e políticos que dominaram os últimos anos sobre a natureza, a dimensão e o sentido do uso, divulgação e promoção da língua portuguesa, permitiram fixar algumas ideias que nem sempre acompanharam os valores subjacentes a uma realidade objectiva – a de que oito países, em quatro continentes, partilharam uma História, afirmaram as suas tensões e conflitos, encontraram os meios

adequados para os resolver, construíram pontes culturais e comunicacionais que os identificam.

Duas dessas ideias são particularmente relevantes caso se pretenda uma reflexão séria e não distorcida, ou contaminada por interesses que são estranhos ao valor próprio que a língua portuguesa e a sua partilha representam.

A primeira é a de que, tendo uma paternidade de origem, a língua portuguesa se constitui, hoje, como um património colectivo de uma comunidade política e de falantes bem mais vasta. Esta língua correu e corre livre, criada, apropriada e recriada, com uma enorme capacidade de adaptação face às realidades sociais e culturais que caracterizam os seus distintos locutores, donde as várias formas de falar português, com capacidades estruturantes.

A segunda ideia marcante é a de que a língua portuguesa é um valor em si mesmo e que as políticas da língua não podem, nem devem ser contidas nos estritos limites do acordo sobre a respectiva ortografia. Aquela é um valor absoluto, primário; este é um valor instrumental, funcional, dependente do caminho que trilharmos na formulação das políticas estratégicas da língua.

Alcançado o acordo ortográfico não está, de maneira nenhuma, cumprido de modo cabal o desígnio de valorização e desenvolvimento da língua portuguesa e não podemos, por isso, deixar cair os braços como se estivessem alcançados os objectivos centrais.

Se estas ideias constituem um núcleo de valores consolidados na nossa reflexão, de igual modo podemos afirmar que, infelizmente, não existe ainda uma política comum da língua e que a responsabilidade, pelo seu futuro de afirmação ou crise, resultará da correcção e empenho das formulações políticas dos Estados Membros.

A estratégia de defesa, divulgação e promoção da língua portuguesa reflectirá a das políticas nacionais e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa constituirá, nesse domínio, uma instância condicionada, de cariz coordenador e, também, factor de coesão e coerência das políticas nacionais, na perspectiva dos interesses comuns e colectivos.

A pedra de toque do sucesso ou fracasso dessas orientações é a capacidade de diálogo e de concertação permanentes entre as instâncias comunitárias, cuja missão incorpora os objectivos expressos (defesa, divulgação e promoção da língua) e as instâncias nacionais, que representam a vontade política dos Estados.

Há que reconhecer que essa possibilidade de diálogo e de concertação tem vindo a ser seriamente comprometida pelos atrasos na instituição das Comissões Nacionais, na maior parte dos Estados Membros, comissões que os Estatutos consagraram e que os compromissos políticos exigem.

Não avançar no sentido da normalização institucional, das instâncias comprometidas com a língua portuguesa, é deixar ao livre arbítrio dos específicos interesses nacionais, não apenas o ritmo como o alcance das políticas, com as consequências nefastas que daí podem resultar – quer no aprofundamento das desigualdades potenciais dos Estados, quer na hegemonização do valor da língua, quer no enfraquecimento da solidariedade entre os oito Estados em que se fala português.

A soberania da língua deve ser partilhada e, a valorização das instâncias de coordenação, como o IILP, pode ser decisiva para a não nacionalização dos processos de desenvolvimento da língua.

Porque é um bem comum, a língua portuguesa deve ser um elemento de partilha em que todos se revejam e sintam traduzir a sua vontade própria, expressa em liberdade e responsabilidade colectiva.

Temos consciência que, para além da normalização institucional, é determinante o alinhamento de orientações rigorosas na promoção e divulgação da língua portuguesa para o sucesso da nossa missão.

Nesse sentido, o IILP, no quadro das suas responsabilidades, tem apontado programas e lançado iniciativas, tem desafiado parceiros e sensibilizado os decisores políticos em três vectores essenciais, no sentido dos objectivos definidos.

Num vector institucional, apontando a escola como alvo prioritário das nossas atenções, percebendo que é no sistema de ensino e na formação das novas gerações que se qualificam os recursos e se habilitam as

peças à livre cidadania – em que o domínio da língua é a fronteira entre a exclusão e a inserção, entre as oportunidades e as marginalidades nos nossos sistemas sociais. Mas, igualmente, apontando as instituições culturais e da língua como elementos estruturantes em qualquer política de divulgação e promoção da língua, desejando-se que as suas actividades se desenvolvam de forma articulada e convergente no interesse geral.

As nossas preocupações englobam também *um vector comunicacional*, reconhecendo que se torna necessário incentivar o uso da língua no processo normal de comunicação, em coexistência com diversas línguas locais no espaço comunitário, socializando a sua utilização e normalizando os instrumentos de identificação que a língua comum representa. Essa socialização da língua é, aliás, um pressuposto democrático em que se consolida o princípio da igualdade de oportunidades e a não exclusão das pessoas. É nossa convicção que, dominar um instrumento de comunicação comum, é um direito dos cidadãos e um dever para os Estados a criação de condições de acesso a esse bem.

O IILP tem tido, de igual modo, a preocupação de explorar *o vector programático* da sua própria actividade, propondo projectos e iniciativas, procurando sinergias e meios de execução.

É de reconhecer que nem sempre os planos de actividade são fáceis e atempadamente cumpridos, não por falta de definição dos projectos em si, da capacidade técnica de execução ou da disponibilidade individual, mas por dificuldades de outra natureza em que os meios financeiros exigíveis nem sempre são fáceis de mobilizar.

O modelo de programação de iniciativas de uma instituição como o IILP terá de ser, cada vez mais, o da incorporação múltipla, em que todos e cada um dos Estados Membros possam participar e identificar-se com a sua razão de ser e com os objectivos que se propõe alcançar, numa lógica de complementaridade com as iniciativas que os poderes próprios de cada um dos Estados Membros entenda desenvolver.

A lógica de complementaridade e de subsidiariedade, que as iniciativas e programas do IILP representam, pode contribuir para atenuar as desigualdades em função dos meios nacionais disponíveis e para alimentar a solidariedade entre os Estados.

Esta visão global do que representa o IILP, para a promoção e divulgação da língua portuguesa, não é novidade para qualquer pessoa individual ou instituição aqui presente.

Mas não nos cansamos de, nas oportunidades criadas, lembrar os compromissos que, da parte dos Estados, foram livre e solenemente assumidos e que são essenciais para o desempenho das organizações a que foram cometidas missões e objectivos definidos. Também aqui não há novidades.

É importante que os Estados pressionem as instâncias internacionais e gerem dinâmicas para a aprovação dos projectos do IILP submetidos a financiamento externo e que constituem plataformas de mérito na afirmação da língua portuguesa. Nem o contexto de crise internacional poderá justificar o facto de, por exemplo, não se ter acolhido o projecto de formação de formadores para a interpretação e tradução, numa altura em que se pretende que a língua portuguesa ocupe o lugar merecido nas instituições internacionais.

Bem nos lembramos da extraordinária contribuição simbólica do Presidente da República Portuguesa, Prof. Cavaco Silva, ainda recentemente nas Nações Unidas garantindo os meios e as condições de tradução dos discursos em português. Este acto não fez apenas bem ao ego. Fê-lo à língua portuguesa e constituiu um tributo à dignidade linguística deste espaço político.

E tantos e tantos fora internacionais em que a comunicação em português deveria ser exigida! Todos os Estados Membros deveriam partilhar esta responsabilidade de criação de condições para que os trabalhos nessas instâncias tenham a língua portuguesa como indispensável, particularmente neste momento em que se constata uma forte e opressiva tendência glotofágica da língua inglesa no mundo.

É igualmente importante que, a par da defesa dos projectos, os representantes políticos dos Estados sejam sensíveis à necessidade de cumprirem as suas obrigações financeiras para com instituições e projectos que criaram, aprovaram. Não é possível fazer seja o que for sem que sejam disponibilizados os recursos necessários.

Não menos decisivo é o diálogo permanente que se deve estabelecer entre o IILP e os representantes das Comissões Nacionais, o que pressupõe que estas sejam instaladas e que se criem os canais de comunicação adequados. É fundamental, para que se incorporem os pontos de vista, projectos e interesses, que cada um dos Estados Membros legitimamente pretende defender e ver reflectidos e, bem assim, para que a actividade e a programação do Instituto sejam reconhecidos por todos e resultem de uma construção colectiva e verdadeiramente comunitária.

É de considerar, finalmente, que a evolução futura do IILP e da sua relação com o desenvolvimento e promoção da língua poderá ganhar uma nova dinâmica se, cumpridos os pressupostos orgânicos e funcionais que anteriormente definimos, avançarmos mais na concretização de um pacto entre os poderes públicos, as entidades científicas e as indústrias culturais no sentido da coordenação das inúmeras actividades que se realizam no espaço CPLP.

Nas indústrias culturais não poderemos deixar de incluir os operadores culturais associativos e privados, ganhando hoje, cada vez mais relevância, os audiovisuais, a indústria livreira e editorial em geral e as representações culturais nacionais nos países e nas instituições internacionais.

A nossa Comunidade caracteriza-se por uma multiplicidade de modelos comportamentais que importa reforçar, para que ela se torne mais abrangente, mais inclusiva e proactiva.

A questão é óbvia e concludente, por isso, por vezes difícil de verificar – unidos e coordenados, ganharemos todos; dispersos e casuísticos revelaremos e, o que é pior, potenciaremos fragilidades.